

Intersecções letais: contribuições de Patricia Hill Collins para a compreensão da violência interseccional

Geysa Amaral Sá^{1*}  Aroldo Santos Fernandes Júnior² 

Francislene Cerqueira de Jesus³ 

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil

²Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil

³Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil

*Autor de correspondência: geysaamaral@hotmail.com

RESUMO

Esta resenha analisa a obra *Intersecções letais: raça, gênero e violência*, de Patricia Hill Collins (2024), publicada no Brasil pela Boitempo. Terceiro livro da trilogia sobre interseccionalidade desenvolvida pela autora, a obra está organizada em cinco capítulos e apresenta uma análise rigorosa das dinâmicas da violência interseccional em diferentes contextos históricos e geográficos. Ao examinar como raça, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade e outros marcadores sociais se articulam na produção de vulnerabilidades e mortes prematuras, Collins evidencia os mecanismos que sustentam as desigualdades contemporâneas, ao mesmo tempo em que destaca formas de resistência coletiva e possibilidades de transformação social.

ABSTRACT

This review examines *Lethal Intersections: Race, Gender and Violence* by Patricia Hill Collins (2024), published in Brazil by Boitempo. The third volume of the author's trilogy on intersectionality, the book is organized into five chapters and offers a rigorous analysis of the dynamics of intersectional violence across different historical and geographical contexts. By examining how race, gender, class, sexuality, nationality, and other social markers intersect in the production of vulnerabilities and premature deaths, Collins highlights the mechanisms that underpin contemporary inequalities, while also drawing attention to forms of collective resistance and possibilities for social transformation.

RESUMEN

Esta reseña examina *Intersecciones Letales: Raza, Género y Violencia*, de Patricia Hill Collins (2024), publicado en Brasil por la editorial Boitempo. Tercer volumen de la trilogía de la autora sobre interseccionalidad, el libro se organiza en cinco capítulos y ofrece un análisis riguroso de las dinámicas de la violencia interseccional en diferentes contextos históricos y geográficos. Al examinar cómo la raza, el género, la clase, la sexualidad, la nacionalidad y otros marcadores sociales se articulan en la producción de vulnerabilidades y muertes prematuras, Collins destaca los mecanismos que sustentan las desigualdades contemporáneas, al tiempo que llama la atención sobre formas de resistencia colectiva y posibilidades de transformación social.

PALAVRAS-CHAVE:

Intersecções Letais
Gênero
Raça
Violência

KEYWORDS:

Lethal Intersections
Race
Gender
Violence

PALABRAS-CLAVE:

Intersecciones Letales
Raza
Género
Violência

COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções letais: raça, gênero e violência**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: 2024.

A renomada teórica social Patricia Hill Collins é amplamente reconhecida como uma das mais influentes intelectuais dos Estados Unidos e uma das principais referências na construção da teoria social contemporânea, com contribuições fundamentais para o feminismo negro e para a teoria da interseccionalidade. Graduada em Sociologia, mestre em Ensino de Educação em Ciências Sociais pela Universidade de Harvard e doutora em Sociologia pela Brandeis University, Collins é Professora Emérita do Departamento de Sociologia da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos. Sua vasta produção acadêmica evidencia seu compromisso com as lutas por justiça social, especialmente no que se refere às dinâmicas de raça, classe, gênero, sexualidade e à política feminista negra. Nesse contexto, a obra “**Intersecções letais: raça, gênero e violência**” configura-se como uma de suas contribuições mais recentes, reafirmando a relevância de Patricia Hill Collins como uma das mais importantes pensadoras da contemporaneidade.

Trata-se do terceiro livro da trilogia sobre interseccionalidade desenvolvida pela autora, no qual é apresentada uma análise rigorosa e instigante das complexas dinâmicas da violência interseccional em diferentes contextos históricos e geográficos. A principal contribuição da obra reside em seu chamado urgente à reflexão crítica e à ação diante das intersecções letais que estruturam o mundo contemporâneo.

Ao longo do livro, Collins desenvolve o conceito de “intersecções letais” a partir de uma ampla gama de casos marcados pela convergência de sistemas de poder interligados, especialmente aqueles relacionados à raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, classe social e faixa etária. Simultaneamente, a autora examina as tensões entre estruturas sociais e agência dos sujeitos, entre mecanismos de dominação e práticas de resistência.

Ao articular de forma consistente as relações entre opressões estruturais, identidades constitutivas e dinâmicas de resistência coletiva, sua obra oferece não apenas um diagnóstico contundente sobre as formas pelas quais o poder marginaliza corpos e vidas, mas também aponta possibilidades concretas de enfrentamento e transformação social.

Um dos destaques da obra reside na diversidade de fontes mobilizadas pela autora, que extrapolam os limites da produção acadêmica tradicional e dos estudos de caso convencionais. Collins recorre a livros de não ficção, ficção, memórias, filmes, documentários e performances artísticas. Embora muitos dos exemplos discutidos estejam situados no contexto estadunidense, a autora estabelece conexões com diferentes realidades globais, ampliando o alcance analítico da obra e sua relevância para distintos públicos e campos do conhecimento.

Em um cenário global marcado pelo avanço de tendências autoritárias, pela crescente normalização de discursos de extrema-direita e pelo aprofundamento das desigualdades produzidas pelas políticas neoliberais, esta obra revela-se particularmente relevante. Ao longo de suas páginas, Collins reafirma a urgência de uma análise interseccional crítica e aprofundada, bem como da construção de formas coletivas de resistência voltadas à promoção da justiça social.

Nesse contexto, a obra *Interseções letais* está estruturada em cinco capítulos, precedidos por uma seção introdutória na qual a autora apresenta os objetivos da obra, seus principais fundamentos teóricos e uma síntese dos conteúdos desenvolvidos em cada capítulo.

No Capítulo 1, intitulado *Interseções letais e violência*, Collins mobiliza três casos emblemáticos para demonstrar como diferentes sistemas de poder convergem na produção de mortes prematuras e vulnerabilidades sociais. Ao analisar as trajetórias da Sra. Dhu, de Philando Castile e de Marsha P. Johnson, a autora evidencia a capacidade explicativa da perspectiva interseccional para compreender formas de violência que não podem ser reduzidas a um único marcador social. Um dos méritos do capítulo reside justamente na articulação entre experiências individuais e estruturas mais amplas de dominação, permitindo compreender como raça, gênero e outras categorias sociais operam simultaneamente na produção da desigualdade.

Além de denunciar os mecanismos que sustentam essas violências, Collins dedica atenção às formas de resistência construídas por sujeitos e comunidades afetadas. Nesse contexto, a mobilização do conceito de "corpo honesto", formulado por June Jordan, amplia a reflexão sobre a luta por reconhecimento,

dignidade e pertencimento, conferindo ao capítulo uma dimensão não apenas analítica, mas também política e emancipatória.

Em "*Violência e o poder das ideias*", que corresponde ao Capítulo 2, Collins analisa como as ideias operam tanto na sustentação de projetos de dominação política quanto na construção de formas de resistência. Tomando como ponto de partida o assassinato de Marielle Franco, ativista feminista negra e vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a autora evidencia como determinadas trajetórias individuais podem adquirir dimensão coletiva e tornar-se símbolos de mobilização social. Nesse sentido, a atuação política de Marielle, marcada por uma perspectiva interseccional e por sua identidade assumida como mulher negra e lésbica, é apresentada como expressão das disputas em torno de poder, representação e justiça social.

O capítulo avança ao examinar o papel da cultura popular na produção, circulação e legitimação de sistemas de dominação, especialmente aqueles estruturados por hierarquias raciais. Para isso, Collins estabelece conexões entre diferentes contextos históricos, que vão do Império Britânico, dos regimes segregacionistas e do nazismo aos atuais movimentos de extrema direita, demonstrando a permanência e a capacidade de adaptação dessas estruturas de poder.

Em contraste com essas formas de dominação, a autora destaca as vozes de mulheres que sobreviveram à violência em campos de concentração nazistas, centros de detenção de imigrantes na Austrália e contextos nos quais o acesso das meninas à educação é sistematicamente negado. Ao mesmo tempo, recupera as trajetórias de mulheres silenciadas por suas convicções políticas, cujas ideias permanecem vivas e influentes. Um dos aspectos mais relevantes do capítulo reside na mobilização do pensamento de Paulo Freire (1970), especialmente das obras *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Esperança*, para sustentar que a alfabetização crítica constitui uma ferramenta fundamental de resistência frente à desinformação, às teorias conspiratórias e aos discursos de ódio que atravessam as democracias contemporâneas. Nessa mesma direção, Collins recorre a Audre Lorde (1984) para reafirmar que o silêncio não protege aqueles sobre os quais o poder é exercido, reforçando o papel da fala, da consciência crítica e da ação coletiva nos processos de transformação social.

No Capítulo 3, intitulado “*Violência e identidade nacional*”, Collins examina como democracia participativa, cidadania desigual e violência se articulam na constituição da identidade nacional estadunidense. O capítulo tem início com a análise do processo de mobilização social que culminou na remoção da estátua do general confederado Robert E. Lee, em Richmond, Virgínia, em um contexto marcado pelas transformações políticas desencadeadas após o assassinato de George Floyd por um policial. A partir desse episódio, a autora demonstra como disputas em torno da memória histórica e dos símbolos nacionais expressam conflitos mais amplos relacionados à raça, ao poder e à cidadania.

Na sequência, Collins desenvolve uma análise da violência armada nos Estados Unidos, abordando suas raízes históricas e culturais, bem como seus impactos sociais. Ao relacionar a disseminação das armas de fogo às elevadas taxas de mortes violentas e ao sentimento generalizado de insegurança, a autora evidencia como a violência se insere no cotidiano da sociedade estadunidense e afeta de maneira desproporcional grupos socialmente marginalizados.

O capítulo é concluído com a discussão de três casos que ilustram as tensões entre violência e identidade nacional: a resistência da comunidade de Flint, em Michigan, diante do fornecimento de água contaminada por chumbo; as ações judiciais movidas pelos familiares das vítimas do massacre de Sandy Hook contra um influente disseminador de desinformação; e os protestos liderados por povos indígenas em Standing Rock contra a construção de oleodutos em territórios ancestrais. Um dos méritos da análise de Collins reside justamente em demonstrar que, embora esses episódios pareçam distintos entre si, todos expressam formas convergentes de violência estrutural e interseccional.

Ao articular esses diferentes casos, a autora evidencia que a mobilização coletiva constitui uma importante estratégia de enfrentamento das intersecções letais. Dessa forma, o capítulo reforça a tese de que a violência não se manifesta apenas em agressões diretas contra indivíduos ou grupos específicos, mas também por meio de processos institucionais e políticos que produzem desigualdades e vulnerabilidades, tornando a participação cidadã um elemento central na construção de alternativas democráticas.

No penúltimo capítulo, intitulado “*Violência Invisível*”, Collins concentra sua análise nas formas de violência interseccional que incidem sobre crianças e jovens

considerados ilegítimos, indignos de cuidado ou passíveis de exploração. Ao mesmo tempo, a autora investiga o papel da memória como instrumento de resistência à naturalização dessas violências. O capítulo tem início com a descoberta de uma vala comum de bebês em Tuam, na Irlanda, episódio que revelou a existência de uma rede institucional marcada pelo controle e pela punição de mães solteiras, especialmente meninas e mulheres pobres que engravidavam fora do casamento. A partir desse caso, Collins amplia sua reflexão para examinar como colonialismo, racismo e capitalismo atuam de forma articulada na produção de desigualdades que condicionam as possibilidades de vida de crianças em diferentes contextos históricos e sociais.

Para sustentar sua argumentação, a autora mobiliza exemplos que atravessam distintas temporalidades e experiências sociais, incluindo crianças brancas empobrecidas na Grã-Bretanha industrial, crianças negras submetidas à escravidão e à segregação racial nos Estados Unidos, crianças indígenas afetadas por políticas coloniais assimilacionistas e, ainda, crianças exploradas no contexto da economia global contemporânea. Ao articular esses casos, Collins evidencia a persistência histórica de mecanismos que hierarquizam vidas e distribuem de forma desigual proteção, cuidado e oportunidades.

Um dos aspectos mais relevantes do capítulo reside na atenção conferida às mulheres que atuaram na denúncia dessas violências e na defesa dos direitos das crianças afetadas. Ao destacar suas trajetórias e formas de resistência, a autora reforça a importância da memória e da ação coletiva na contestação das injustiças históricas. O capítulo encerra-se com uma reflexão sobre os limites dos processos de reparação promovidos pelos Estados, argumentando que os pedidos oficiais de desculpas relacionados à escravidão e ao colonialismo permanecem, em grande medida, insuficientes diante da profundidade dos danos produzidos. Nesse sentido, Collins aponta para os desafios ainda existentes na construção de uma efetiva justiça restaurativa.

No último capítulo, intitulado *“Resistindo à violência interseccional”*, Collins concentra-se em três experiências de mobilização coletiva protagonizadas por mulheres e jovens que vivem em contextos de guerra, conflito e violência estrutural. Embora situadas em cenários distintos, essas iniciativas compartilham o

enfrentamento das interseções letais que afetam suas vidas, famílias e comunidades.

O primeiro caso ocorre na República Democrática do Congo, país marcado por décadas de conflito armado, onde o estupro tem sido amplamente utilizado como estratégia de guerra. Nesse contexto, um grupo de mulheres criou a Cidade da Alegria, espaço de acolhimento e reconstrução destinado a sobreviventes de violência sexual, cuja proposta consiste em transformar experiências de sofrimento em força política e resistência coletiva. O segundo exemplo aborda a trajetória de duas mulheres engajadas no combate aos impactos duradouros da dioxina, substância empregada como arma química pelos Estados Unidos tanto no Vietnã quanto em território norte-americano. Por fim, Collins analisa a mobilização de jovens sobreviventes do massacre ocorrido na escola Marjory Stoneman Douglas High School, na Flórida, que culminou na criação da *Marcha por Nossas Vidas*, um dos mais expressivos movimentos contemporâneos de contestação à violência armada. Em conjunto, esses casos ilustram o potencial transformador da ação coletiva diante da violência interseccional.

Sem recorrer a uma conclusão convencional, *Interseções letais* encerra-se como uma abertura deliberada para reflexões futuras. Como a própria autora sinaliza desde a introdução, o enfrentamento da violência interseccional exige um esforço contínuo de análise, mobilização e resistência coletiva, evitando soluções simplificadoras ou desfechos excessivamente otimistas.

Apesar dos inegáveis méritos da obra, especialmente na construção de um panorama global da violência interseccional, a predominância de exemplos oriundos do Norte Global pode reproduzir, ainda que involuntariamente, determinadas assimetrias epistemológicas. Em vários momentos, contextos do Sul Global, incluindo o Brasil, aparecem mais como ilustração empírica do que como centros produtores de teoria. Contudo, essa limitação não diminui a relevância do trabalho. Pelo contrário, reforça uma das principais contribuições do livro: o convite para que pesquisadores e pesquisadoras aprofundem a análise das interseções letais em contextos periféricos, nos quais raça, gênero, classe, sexualidade, território, colonialidade e heranças históricas de exploração se articulam de maneira particularmente intensa.

Nessa perspectiva, *Interseções letais* ultrapassa os limites de um diagnóstico das estruturas de opressão e se configura como um chamado à produção de conhecimentos situados e comprometidos com a transformação social. Ao incentivar a ampliação crítica da lente interseccional, Collins contribui para a construção de narrativas de resistência, memória coletiva e justiça restaurativa, abrindo espaço para que vozes historicamente marginalizadas ocupem lugar central nos debates sobre violência e desigualdade.

A atualidade da obra torna-se ainda mais evidente diante de um cenário global marcado pela persistência de conflitos armados, pelo fortalecimento de discursos autoritários, pela disseminação da desinformação e pela intensificação de ataques a grupos socialmente vulnerabilizados, como comunidades estrangeiras, especialmente latinas. No contexto brasileiro, essa realidade manifesta-se em fenômenos como os feminicídios, a violência policial que atinge desproporcionalmente jovens negros, a transfobia e a contínua marginalização de povos indígenas e comunidades tradicionais. Tais processos demonstram como diferentes marcadores sociais se articulam na produção de vulnerabilidades e exclusões, reafirmando a pertinência da abordagem proposta por Collins.

Em *Interseções letais: raça, gênero e violência*, Patricia Hill Collins demonstra que a interseccionalidade não constitui apenas uma ferramenta teórica para compreender a violência, mas também um instrumento político para questionar as narrativas que a naturalizam. Ao trazer à luz experiências historicamente silenciadas e evidenciar as conexões entre diferentes formas de opressão, a autora contribui para ampliar as possibilidades de resistência, solidariedade e transformação social. Dessa forma, a obra consolida-se como uma leitura relevante para pesquisadores, estudantes, ativistas e todos aqueles comprometidos com a construção de sociedades mais justas e democráticas.

Referências

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do oprimido**. Nova York, Herder and Herder, 1970 [ed. bras.: Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2014].

LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. Freedom, Crossing, 1984 [ed. bras.: Irmã Outsider: ensaios e conferências. Trad. Stephanie Borges, Belo Horizonte, Autêntica, 2020].